

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2002/2005

RELATÓRIO ANUAL - EXERCÍCIO 2002

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 5º. da Lei Municipal nº. 5743 de 17 de Dezembro de 2001, foi elaborado o Relatório de Avaliação do 1º. ano de execução do Plano Plurianual de Governo do Município de Guarulhos para o período de 2002 a 2005.

Integra o presente relatório a avaliação de desempenho de cada programa, com os respectivos produtos gerados, bem como, do desempenho da receita Municipal. Entre os diversos programas executados em 2002 alguns se destacaram pela enorme contribuição que deram para o desenvolvimento econômico e social do município, vejamos:

1. a ampliação no número de vagas nas escolas municipais, de 24 para 55 mil estudantes;
2. o aumento do volume de água ofertado a população cresceu de 8 milhões para 9,4 milhões de m³., com implantação de 45 Km de redes de água e 34 Km de redes de esgoto;
3. a entrega do Viaduto do Cecap, do complexo viário do Baquirivu, e outras obras viárias;
4. a implantação da Central de Atendimento Fácil, introduzindo um moderno padrão de atendimento ao cidadão;
5. a viabilização do funcionamento do Hospital e Maternidade Jesus, José e Maria, em parceria com os mantenedores; o novo P.A. Maria Dirce e, reformas em diversas Unidades Básicas de Saúde;
6. a reformulação e ampliação da Guarda Civil Municipal;
7. os novos programas sociais: Fome Zero, Bolsa Auxílio ao Desempregado, Oportunidade ao Jovem, Casa Aconchego, etc..
8. a implantação de uma política fiscal austera, com rígido controle de gastos, que possibilitou que todas as obras e programas fossem feitos com recursos próprios, sem novos endividamentos, ou seja, fazendo mais e gastando menos.

O Plano Plurianual expressa um pacto do Executivo com a sociedade, de ano a ano, ir somando passos, no caminho da solução de problemas históricos do município. Este primeiro ano de execução do plano foi positivo, avançamos na direção traçada, tanto em relação às Receitas, como na execução dos Programas.

Receita Arrecadada em 2002

1. A Prefeitura teve uma arrecadação bruta de R\$ 718,9 milhões, sendo que R\$ 58,4 milhões ficaram retidos no Fundef, o que resultou numa Receita Total Disponível de R\$ 660,5 milhões. Desta, R\$ 650,6 milhões de Receita Corrente e R\$ 9,9 milhões de Receita de Capital. Esses valores representaram 99,2% da Receita Corrente Orçada e apenas 28,1% da Receita de Capital Orçada. Ou seja, o déficit decorreu, basicamente, da entrada parcial (ou não entrada) de recursos de outras esferas de governo para investimento.

2. A tabela abaixo, compara a Receita Arrecadada com a prevista no PPA. Podemos constatar a enorme aderência entre a Receita prevista e a realizada, com tributos e transferências constitucionais, mas as transferências voluntárias ficaram muito aquém do previsto.

RECEITA ARRECADADA EM 2002 E A PREVISTA NO PPA

Especificação	Receita		
	Prevista	Realizada	
	R\$ milhões		(%)
Receitas Correntes	712,5	709,0	99,5
Receita Tributária	195,7	184,9	94,5
Aplic. Financeiras	6,5	10,9	169,6
Receita de Serviços	1,0	2,7	275,5
Transferências Correntes	477,2	471,6	98,8
Transferências da União	63,2	53,9	85,3
Transferência do Estado	404,7	415,9	102,8
Transf. Privadas	1,0	0,3	26,7
Transf. De Convênios	8,3	1,5	18,0
Outras Receitas Correntes	32,2	38,9	120,7
Receitas de Capital	35,2	9,9	28,1
Operações de Crédito	10,0	0,0	0,0
Alienações de Bens	0,0	0,3	9953,3
Transf. De Capital	25,2	9,6	38,1
TOTAL	747,8	718,9	96,1

3. Em relação ao ano anterior, arrecadamos R\$ 95,8 milhões a mais, representando um crescimento nominal de 17% ou um crescimento real de 4%. As Receitas Correntes cresceram 15,5% (ou R\$ 87,2 milhões) e as Receitas de Capital cresceram 505,2% (ou R\$ 8,3 milhões). A tabela abaixo mostra o desempenho das principais Receitas e a importância de cada uma para as finanças municipais:

COMPARATIVO DA RECEITA ENTRE 2001 E 2002

Especificação	Receita		Variação		Estrutura	
	2001	2002	Abs.	(%)	2001	2002
Receita Total	565,0	660,5	95,5	16,9	100,0	100,0
Receitas Correntes	563,4	650,6	87,2	15,5	99,7	98,5
Receita Tributária	167,2	184,9	17,7	10,6	29,6	28,0
IPTU	79,9	98,2	18,3	22,9	14,1	14,9
IRPF	19,6	19,7	0,1	0,7	3,5	3,0
ITBI	6,9	8,7	1,7	24,9	1,2	1,3
ISS	52,0	49,2	-2,8	-5,3	9,2	7,4
Taxas	7,4	7,3	-0,1	-0,8	1,3	1,1
Contrib.Melhoria	1,5	1,8	0,3	21,4	0,3	0,3
Aplic.Financeiras	7,0	10,9	3,9	56,3	1,2	1,7
Serviços	0,9	2,7	1,8	206,1	0,2	0,4
Transferências	352,7	413,2	60,5	17,1	62,4	62,6
ICMS	316,3	355,8	39,4	12,5	56,0	53,9
IPVA	24,6	28,6	4,0	16,3	4,3	4,3
Fundef	3,4	24,8	21,3	620,3	0,6	3,7
Dedução Fundef	-51,7	-58,4	-6,6	12,8	-9,2	-8,8
SUS	22,7	23,1	0,4	1,6	4,0	3,5
FPM	14,7	17,9	3,2	21,7	2,6	2,7
LC no. 87/96	10,5	11,9	1,4	13,0	1,9	1,8
Salário-Educação	1,6	3,1	1,6	98,2	0,3	0,5
IPI-Exp	3,6	3,6	0,0	0,0	0,6	0,5
FNDE-Merenda	4,8	0,7	-4,1	-85,3	0,9	0,1
Outras	2,2	2,2	-0,0	-2,1	0,4	0,3
Outras Rec.Correntes	35,6	38,9	3,3	9,3	6,3	5,9
Multas e Juros	2,6	5,9	3,3	127,3	0,5	0,9
Divida Ativa	22,7	27,9	5,2	23,0	4,0	4,2
Diversas	10,3	5,1	-5,2	-50,9	1,8	0,8
Receitas de Capital	1,6	9,9	8,3	505,2	0,3	1,5
Alienações	-	0,3	0,3		-	0,0
Transferências	1,6	9,6	8,0	487,0	0,3	1,5

- a) nas Receitas Tributárias, os destaques positivos foram o IPTU e o ITBI, que cresceram 22,9% e 24,9%, respectivamente. O crescimento da receita do IPTU, reflete as modificações introduzidas na legislação. Os destaques negativos foram o ISS e as Taxas, que caíram 5,3% e 0,8%, respectivamente, refletindo os problemas na gestão dessas receitas;
- b) nas receitas de Transferências, os destaques positivos foram o Fundef (+620,3%), o Salário-Educação (+98,2%), o FPM (+21,7%) e o IPVA (16,3%). O desempenho do Fundef e QESE refletem a expansão da rede de ensino fundamental. As receitas do SUS, ficaram estabilizadas nominalmente, o que significou uma queda real. O ICMS, nossa principal receita cresceu 12,5%, praticamente empatando com a inflação, refletindo as seqüelas da crise energética.
- c) Nas outras receitas, destacamos o crescimento das receitas com aplicações financeiras, refletindo principalmente o aporte de recursos em contas específicas da educação. Também, destacamos a retomada de arrecadação de multas de trânsito e transporte, refletindo a reorganização na gestão do setor. Assim como, com aperfeiçoamentos na legislação e na gestão, vimos melhorando a arrecadação da dívida ativa.
- d) As transferências de outras instâncias de governos, continuam tendo importância relevante nas finanças municipais, representam 62,6% da receita municipal, com destaque para o ICMS, que ainda representa mais da metade de nossa arrecadação;
- e) Nas receitas próprias, vem ganhando importância, de forma acelerada, o IPTU, que já representa 15% da Receita, trocando de posição com o ISS, que vem perdendo posição;
- f) E, por último, podemos destacar que, as transferências voluntárias de outras instâncias de governo, mesmo tendo crescido de R\$ 1,6 para 9,6 milhões, ainda representam pouco, apenas 1,5% de nossa Receita, indicando que o município depende basicamente de sua arrecadação própria para viabilizar os investimentos na cidade.

4. A receita arrecadada do Município, Administração Direta e Indireta, teve o seguinte desempenho:

Receita por Tipo	Receita Arrecadada			
	PMG	SAAE	IPREF	TOTAL
Receitas Correntes	709,0	128,9	30,8	868,7
Tributária	184,9	6,1	-	191,0
Contribuições Sociais	-	-	21,1	21,1
Patrimonial	10,9	1,7	0,3	13,0
Serviços	2,7	112,0	-	114,8
Transferências Correntes	471,6	-	0,6	472,2
Outras Receitas Correntes	38,9	9,1	8,7	56,6
Receitas de Capital	9,9	-	-	9,9
RECEITA TOTAL BRUTA	718,9	128,9	30,8	878,6
Retenção ao Fundef	-58,4	-	-	-58,4
RECEITA TOTAL LIQUÍDA	660,5	128,9	30,8	820,2